

JORNAL DO BRASIL

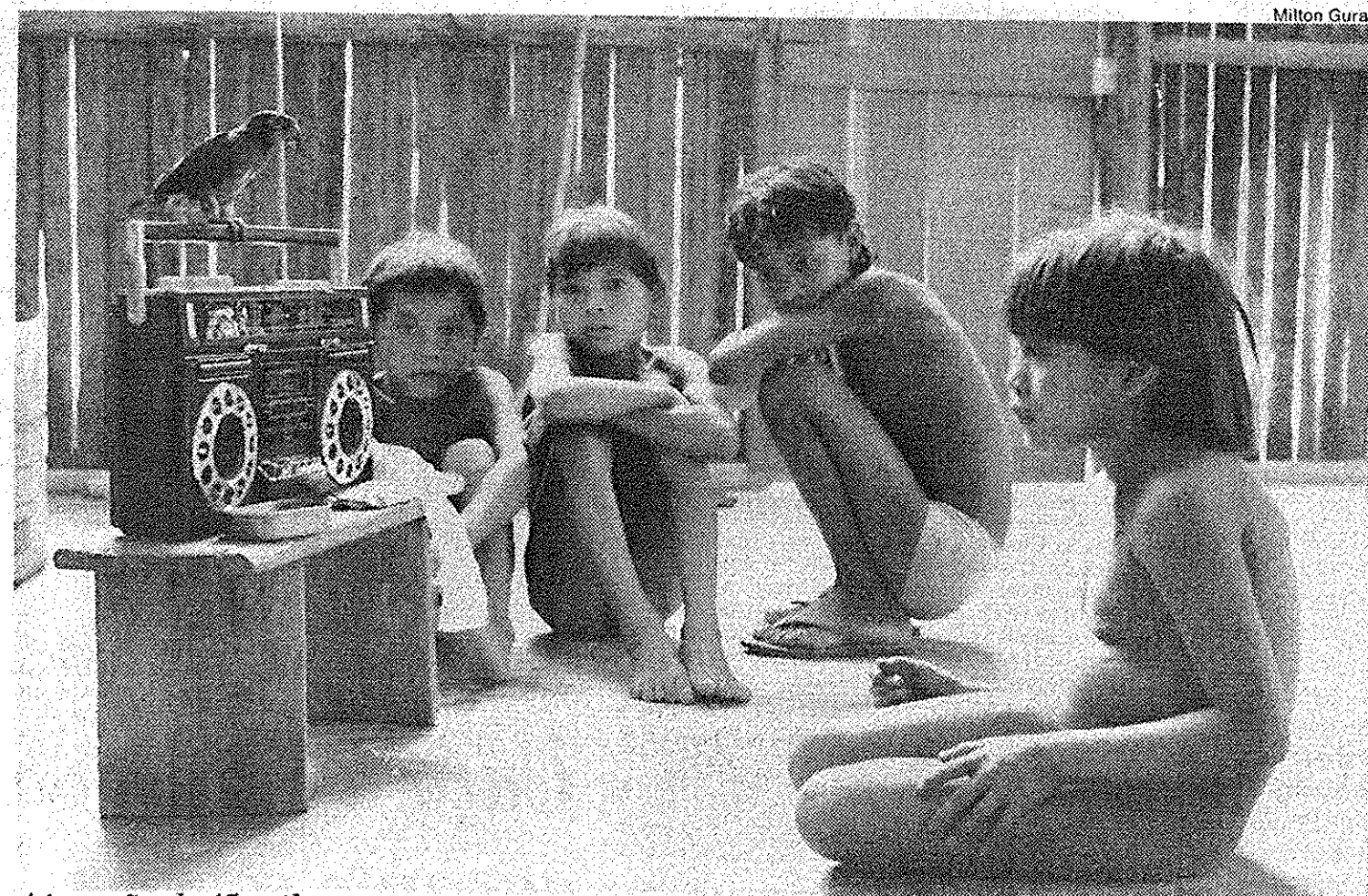


Rio de Janeiro — Sábado, 16 de novembro de 1991

Ano CI - - Nº 222

Preço para o Rio: Cr\$ 400,00

Brasil fecha acordo com o FMI



A invasão de 45 mil garimpeiros trouxe doenças e mudou os hábitos dos índios ianomâmis

Área ianomâmi será demarcada

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, assinou ontem portaria que autoriza a demarcação de área de 9,4 milhões de hectares para os índios ianomâmis nos estados de Roraima e do Amazonas. A decisão vinha sendo protelada porque, segundo os militares, trazia ameaças à soberania nacional na fronteira do Brasil com a Ve-

nezuela, onde se situa a área. O documento foi assinado em cerimônia realizada no Palácio da Alvorada, após a 12ª reunião setorial do governo sobre índios.

A medida, segundo o presidente Collor, se apóia "em sólido consenso no âmbito do Poder Executivo e responde às exigências da cidadania brasileira". Para demarcar a área, o

ministro da Justiça teve que convencer os militares brasileiros a desistirem da criação de uma faixa contínua de 50km de largura na área da fronteira. Os seis anos de ocupação do território ianomâmi pelos garimpeiros levaram desagregação, desnutrição e doenças à área, hoje habitada por cerca de 9 mil índios. (Página 4)

O Brasil terá crescimento econômico nulo em 1992, de 3% em 1993 e de 5% em 1994, enquanto a inflação mensal será reduzida para índices de um dígito (menos de 10%) até dezembro do próximo ano. Estes são alguns dos compromissos que o governo brasileiro assumirá na carta de intenções que será fechada hoje, com o Fundo Monetário Internacional. O término das difíceis negociações com o FMI representa o sinal verde para um acordo com bancos estrangeiros e a volta de empréstimos substanciais do Banco Mundial e do BID.

Na carta de intenções, o governo garante que vai alcançar em 1993 um superávit fiscal de 3% do Produto Interno Bruto, sem contabilizar os gastos do país com os pagamentos de juros da dívida. Segundo o secretário de Planejamento, Pedro Parente, na reunião de hoje serão acertados apenas os detalhes técnicos do documento. "Estabilizar para crescer, esta é a base do programa", explicou ele. A missão brasileira retorna amanhã a Brasília, após duas semanas em Washington, e o acordo deverá entrar em vigor em janeiro de 1992. (Página 3)

Reforma fiscal sairá este ano

O presidente Collor desistiu de lutar pela aprovação, ainda este ano, das emendas constitucionais contidas no Emendão e já acertou com a cúpula do PMDB a votação, pelo Congresso, apenas dos projetos de lei relativos ao ajuste fiscal, à reforma tributária e modernização da economia, que, segundo o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, serão apreciados pelos parlamentares até 15 de dezembro. (Página 2)

Governo autoriza demarcação de terras dos ianomâmis

BRASÍLIA — O governo finalmente autorizou a demarcação da área ianomâmi em portaria assinada ontem pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, assegurando para esses índios a posse permanente de 9,4 milhões de hectares, localizados nos estados de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela. A decisão vinha sendo protelada por causa das dúvidas dos militares, já superadas, em relação à garantia da soberania nacional na fronteira. Ao anunciar a medida, o presidente Fernando Collor afirmou que a resolução "se apóia em sólido consenso no âmbito do Poder Executivo e responde às exigências da cidadania brasileira".

A portaria foi assinada em solenidade realizada ontem pela manhã, no Palácio da Alvorada, logo depois da 12ª reunião setorial sobre os índios e 9ª reunião setorial sobre meio ambiente. O ministro Jarbas Passarinho assinalou que as dúvidas em relação às terras ianomâmis não eram apenas dos militares — que propunham excluir a faixa de fronteira da área indígena —, mas também dos governadores dos dois estados atingidos com a demarcação, que ficaram preocupados com a economia do estado.

O ministro da Justiça explicou que como a região de fronteira atinge até 150 quilômetros, uma das propostas para afastar a preocupação militar com a soberania nacional era garantir uma faixa de 20 quilômetros que funcionaria como uma espécie de escudo. "Como lá dentro havia muitas aldeias indígenas, chegou-se à conclusão que não tinha cabimento criar esta área", assinalou o ministro.

Passarinho conseguiu convencer os militares sobre a necessidade de se demarcar os 9,4 milhões de hectares para os ianomâmis em área contínua, assegurando que qualquer que fosse a faixa delimitada, é indiscutível a soberania nacional nesta região de fronteira. "Neutralizamos



Henrique Ruffato

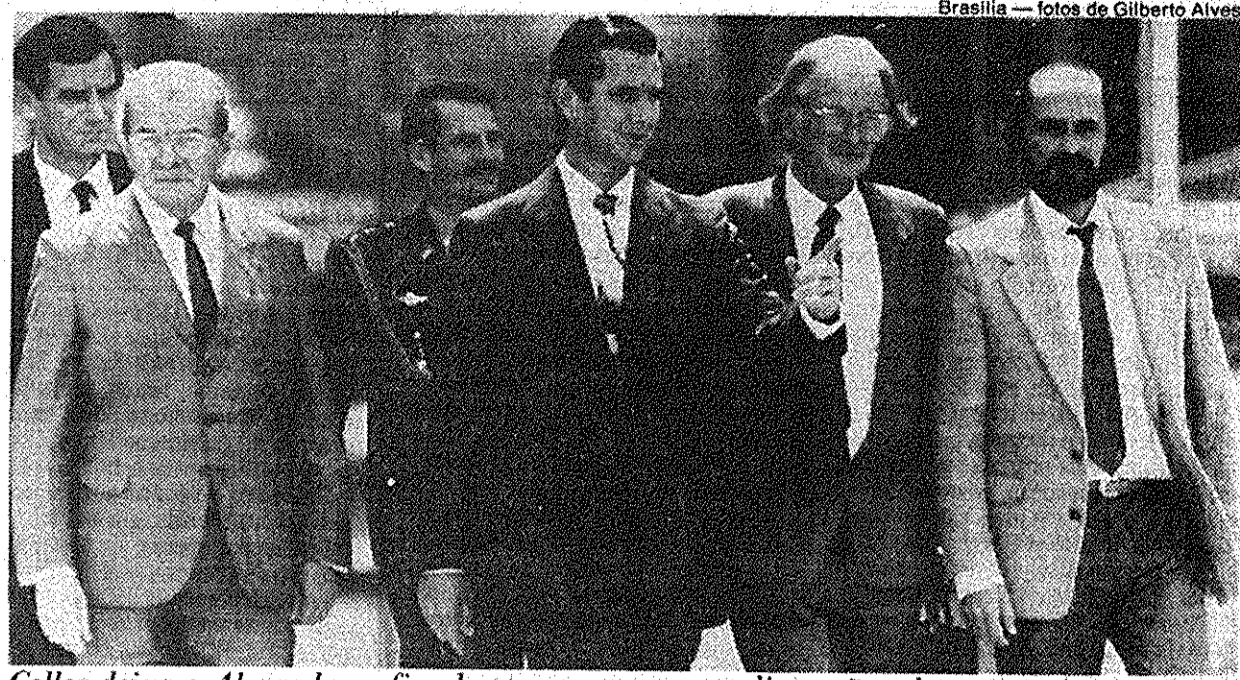
essa argumentação porque o Exército vai poder atuar lá, já que não foi criado um estado dentro de outro estado", disse. Para o trabalho de convencimento dos militares também foi convocado o ministro das Relações Exteriores, o jurista Francisco Rezek, que reforçou a tese da soberania nacional mesmo na área demarcada.

Comércio — Em contrapartida para os estados, o presidente sancionou ontem a lei que cria as áreas de livre comércio em Pacarenas e Bonfim, em Roraima. Também aprovou o programa Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento da Amazônia, preparado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria Nacional de Planejamento. "Isso caracteriza a preocupação do presidente em não apenas preservar a área dos índios ianomâmis, mas também proporcionar

novas possibilidades de desenvolvimento", destacou o ministro da Justiça.

Passarinho vai determinar à Funai que faça a demarcação com base nos estudos geodésicos. Em seguida, o presidente Fernando Collor assinará decreto homologando a posse. O ministro não estabeleceu um prazo para concluir a demarcação, mas lembrou que tem até o dia 5 de outubro de 93 para fazê-la, como determina a Constituição. "Esperamos concluí-la antes", previu.

Possuelo acredita que a demarcação possa ser feita em pouco tempo. "Se tudo correr em uma velocidade adequada, em seis meses poderão ser demarcadas as áreas." Agora, de acordo com Possuelo, terão início os procedimentos técnicos para demarcação de terras, a exemplo de licitação e contratação de empresas. Para demarcação de toda a área e retirada dos últimos garimpeiros, ele prevê gasto de Cr\$ 3 bilhões.



Brasília — fotos de Gilberto Alves

Collor deixa o Alvorada ao fim do ato que encerrou a discussão sobre a área ianomâmi

Argumento de militares não dobrou Collor

Os militares não conseguiram convencer o presidente Fernando Collor que a demarcação de uma área contínua para os índios ianomâmis na fronteira com a Venezuela ameaçava a soberania nacional. "O presidente não conseguia entender qual o risco para o país em demarcar a área ianomâmi e nem mesmo enxergava o perigo de se criar um Estado dentro de outro Estado, já que o território continua sendo brasileiro", conta um dos assessores do Palácio do Planalto.

O projeto de demarcação da área de 9,4 milhões de hectares em terras contínuas foi bombardeado desde o início pelos militares, por se localizar na fronteira da Venezuela. Como este país já demarcou a área dos ianomâmis exatamente na fronteira, os militares temiam que, demarcado o território no Brasil, seria formada uma área contínua que, futuramente, poderia se transformar em um Estado ianomâmi, apesar destes índios se encontrarem em estágio primitivo.

Collor, no entanto, não se sensibilizou com a argumentação da área militar, que chegou a ser reforçada com a afirmação do ex-secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, atual ministro da Educação, ausente na solenidade de ontem, criticando o aproveitamento pela Funai do estudo de 1984

para a defesa da área de 9,4 milhões de hectares.

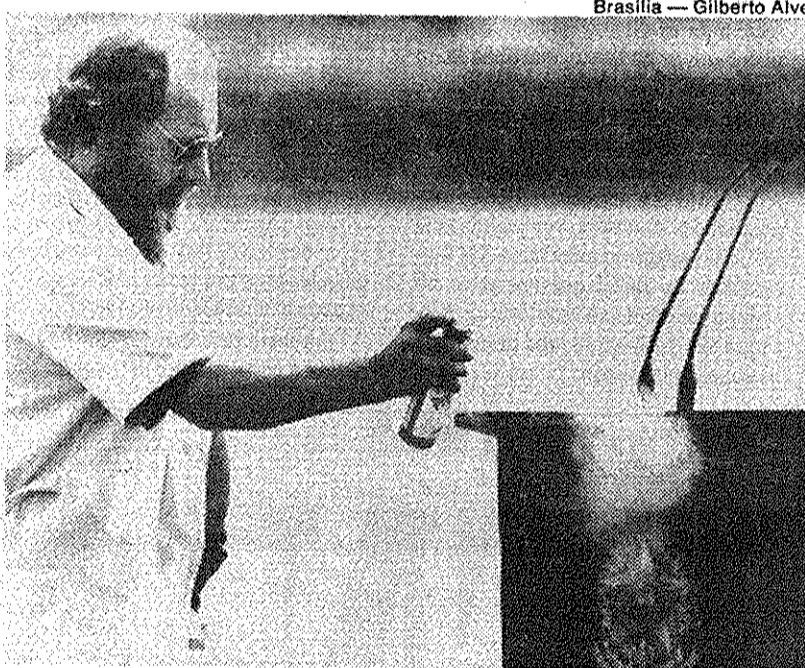
A 12ª reunião setorial sobre a questão indígena que sacramentou a demarcação da área ianomâmi, ontem pelo Palácio da Alvorada, foi marcada pela emoção, principalmente do presidente da Funai, Sidney Possuelo, conhecido sertanista defensor da causa indígena. Diante da afirmação do Secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, de que a Funai nunca havia sido presidida por uma pessoa que defendesse tanto os interesses dos índios, Sidney Possuelo chorou e passou mal, obrigando os funcionários do Palácio do Planalto a chamar uma ambulância. Seu braço esquerdo começou a ficar dormente ainda na reunião, assistando os presentes, mas no lugar dos remédios o presidente da Funai preferiu o cigarro e deu prosseguimento à reunião.

Definição da área começou há 10 anos

Antes da assinatura do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, consolidando ontem a demarcação da área ianomâmi, os cerca de 9 mil índios espalhados ao Norte do Amazonas e a Noroeste de Roraima assistiram a uma série de atos do governo federal para definição dos 9 milhões 419 mil 106 hectares de sua reserva. A primeira interdição da área foi há quase 10 anos, quando o presidente da República, general João Figueiredo, e o ministro do Interior, Mário Andreazza, determinaram o bloqueio de 7,7 milhões de hectares.

Em 1984, a Funai identificou os atuais 9,4 milhões da reserva e um ano depois, o então presidente da fundação, Nelson Marabuto, interditou a área. Em 1987, outro presidente da Funai, Romero Jucá, reduziu a reserva para 2,4 milhões de hectares, dividida em 19 ilhas.

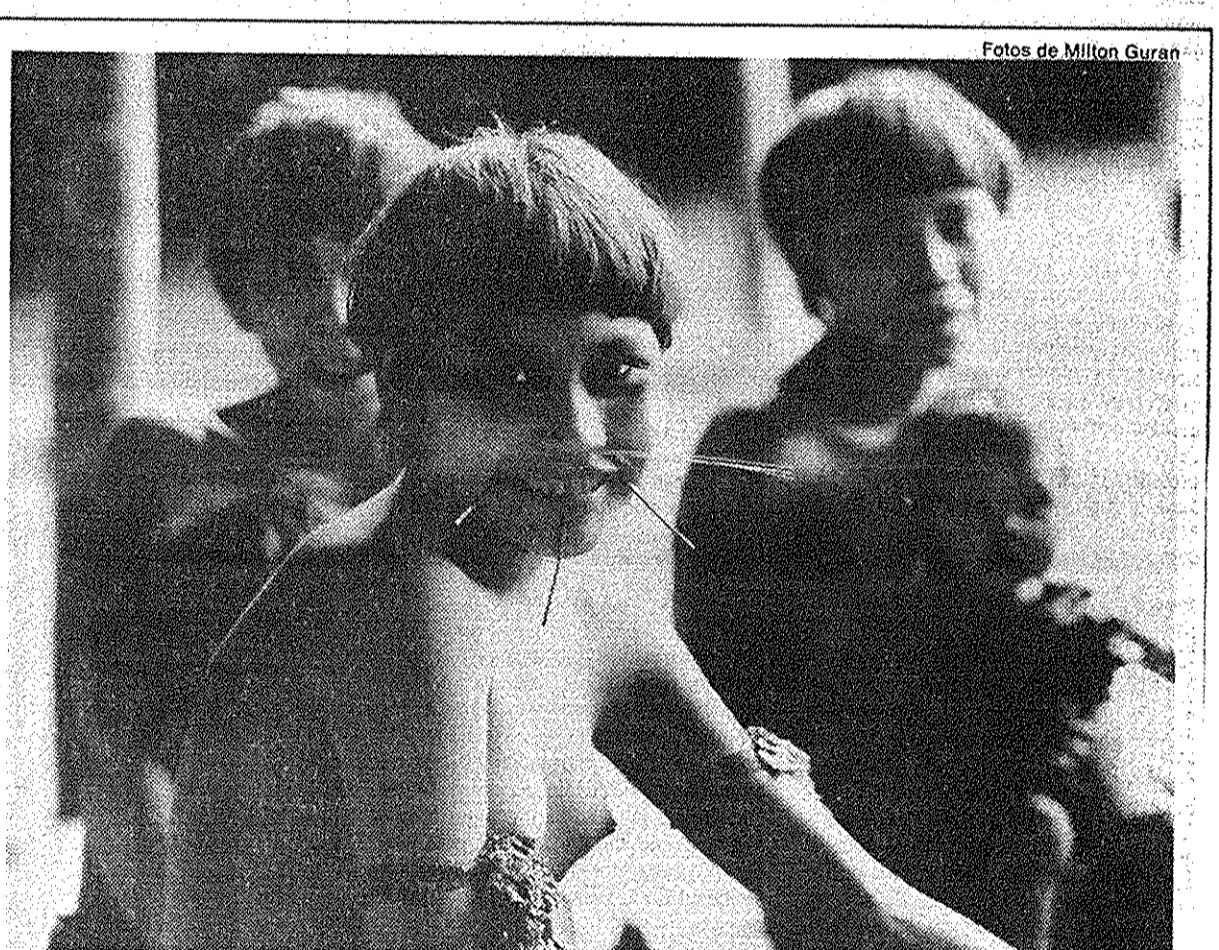
Ao assumir a Presidência da República, Fernando Collor revogou a decisão de Romero Jucá e criou uma comissão de estudo. Logo em seguida, iniciou a operação conjunta entre a Funai e a Polícia Federal para retirada dos garimpeiros da região.



Brasília — Gilberto Alves

Para comemorar a demarcação da área ianomâmi, bem que o cerimonial da Presidência da República tentou montar uma solenidade de Primeiro Mundo nos jardins em frente ao Palácio da Alvorada, a exemplo das habitualmente promovidas pelo governo americano nos jardins da Casa Branca. Os mosquitos, no entanto, não deixaram.

O parlatório e o sistema de som para o pronunciamento de Collor chegaram a ser instalados nos jardins e os funcionários tentaram afastar os mosquitos com sprays repelentes, mas não adiantou. Diante da persistência dos insetos, a cerimônia se mudou para a calçada junto à rampa do Palácio da Alvorada



Fotos de Milton Guran

Em cinco anos, só a malária matou cerca de 1.500 índios do belo povo dos ianomâmis

Uma raça condenada na Amazônia

Convivência com garimpo fez do índio um favelado

Desnutrição e favelização. Estas são as primeiras consequências visíveis que os seis anos de ocupação pelos garimpeiros do território ianomâmi em Roraima, na Amazônia, fizeram com os índios. A grande invasão dos garimpeiros, em 1985, resultou numa desagregação social profunda entre a comunidade indígena, devastada pelas doenças respiratórias e de pele levadas pelos brancos e pela mudança do ritmo de vida, com o fim da caça e da pesca a que estavam acostumados.

Eram 10 mil ianomâmis, estimados em 1986, incluindo-se crianças, mulheres, homens e velhos que, com a chegada dos 45 mil garimpeiros — homens adultos apenas —, foram reduzidos a 9 mil hoje. Só a malária reduziu a comunidade ianomâmi em 15%, aproximadamente, o que equivale ao desaparecimento de 1.500 índios. Em comparação com a população brasileira, esta devastação corresponde ao extermínio de todo o estado de São Paulo, ou seja, 22 milhões de brasileiros.

Estes dados foram captados pela lente do fotógrafo Milton Guran, carioca de 43 anos, que passou cinco meses com os ianomâmis para realizar a pesquisa fotográfica intitulada *Conflito e Resistência dos Povos Indígenas na Amazônia*, custeada pela Fundação Vitae. De junho a outubro, ele acompanhou o trabalho realizado pelos primeiros profissionais de saúde que chegaram ao local, enviados pela Comissão para a Criação do Parque Yanomâmi (CCPY). Fundação Nacional de Saúde, Funai e a organização francesa Médicos do Mundo, além das



O garimpo levou ao fim da lavoura e desnutrição

equipes da Polícia Federal responsáveis pela retirada dos garimpeiros do parque indígena.

Um estudo realizado pelo posto médico da Funai em Boa Vista comprovou a relação entre a presença dos garimpeiros e as doenças dos índios. As fotos de Guran mostram isso — como a chegada do homem branco desarticulou o modo de vida dos ianomâmis. De robustos e saudáveis, acostumados à caça e à pesca farta e à agricultura itinerante, eles passaram a desnutridos e doentes. Hoje, quatro entre 10 índios estão contaminados pela malária — que, em sua forma mais grave, o *p. falciparum*, pode matar em uma semana. O garimpo predatório — com a utilização do mercúrio — também levou à destruição de enorme porcentagem da floresta amazônica, que levará milhões de anos para se recompor e voltar a ser fértil.

Sem força e sem terras, os ianomâmis perderam as condições de plantar para subsistência. Além de desnutridos, eles enfrentam, hoje, um processo de favelização. Não

moram mais nas *shaponas* — suas casas comunitárias. Passaram a habitar cabanas de lona, tal qual garimpeiros e favelados dos grandes centros. A presença do homem branco impôs ainda mais uma agressão: acostumados a andar semi-nus, os índios estão hoje mais cobertos e com menos adereços.

A cólera pode ter chegado ao estado do Pará de forma fulminante, registrando duas mortes entre os 500 índios hexacarianos que vivem num triângulo entre o Amazonas, Pará e Guiana. Os óbitos, que atingiram o índio conhecido por Raimundinho e a índia Carolina, de 68 anos, ocorreram na aldeia Mapuera, em território paraense, no início da semana, mas só ontem, depois de cinco dias de viagem, líderes dessa tribo conseguiram chegar ao município amazônico de Nhamundá, o mais próximo, e solicitar socorro. Segundo os chefes indígenas, as vítimas adoeceram repentinamente, apresentando vômito, diarreia e câimbras nas pernas. Em menos de 24 horas, morreram na aldeia de Mapuera.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Projeto "Ministério da Criança"
Projeto "Minha Gente"



AVISO DE LICITAÇÃO

Devidamente autorizada pelo Ministério da Saúde, Coordenador do Projeto "Minha Gente", instituído pelo Decreto de 14 de maio de 1991 (texto consolidado sob publicação no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1991), a Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 1076, de 04 de julho de 1991, do Ministro de Estado da Saúde, na qualidade de Coordenador do mencionado Projeto, consoante o Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986 e suas alterações, AVISA que se encontrará à disposição das firmas interessadas, a partir do dia 14.11.91, na sala 734 do 7º andar do Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", em Brasília, Distrito Federal, no horário de 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 18:00 horas, o EDITAL da Concorrência de nº CO 21/91 a ter por objeto a contratação das obras e serviços necessários à construção das edificações (em "argamassa armada", mediante a implementação de fábrica específica), componentes dos respectivos Centros Integrados de Apoio à Criança—CIAC's, estes integrantes do Projeto "Minha Gente".

1) Característica do Edital

NÚMERO DA CONCORRÊNCIA	CIDADE SEDE DA FÁBRICA	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS POSTAS	DATA DE RECEB. DAS PROPOSTAS
21/91	Juazeiro do Norte (CE)	CE/PE/PB	17.12.91

2) Exame do Edital

O Edital (e seus anexos) estará afixado, em seis exemplares, na referida sala 734 do Ministério da Saúde, nos horários antes indicados, podendo ser livremente lido, compulsado, por quantos dele queiram ter conhecimento.

3) Aquisição de Exemplar do Edital

Até a data que antecede a apresentação das propostas, será possível, aos interessados, obter exemplar de Edital (e concernentes anexos) mediante o pagamento da importância de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), não incluídas, nesse "quantum", as cópias dos desenhos de projetos, as quais, eventualmente desejadas, terão custo próprio.

4) Local e Hora de Recebimento da Documentação e Propostas:

Auditório Emilio Ribas, no pavimento térreo do Edifício Sede do Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", Brasília-Distrito Federal, às 09:00 horas, para todos os Editais.

Brasília—DF, 12 de novembro de 1991
NIVALDO ALMEIDA NETO
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Autorizo:
Alceni Guerra
Ministro da Saúde
Coordenador do Projeto "Minha Gente"